



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
070/2016-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E
A EMPRESA AUDATEX BRASIL SERVIÇOS
LTDA.**

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº 070/2016-MP/PA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede na Rua João Diogo nº 100, Bairro: Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém-PA, neste ato representado pela Exmª. Procuradora-Geral de Justiça, em exercício, Dra. **CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **EMPRESA AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.144.891/0001-85, com sede na Av. Maria Coelho Aguiar, nº 215, Centro Empresarial, Bloco E, 7º andar, Bairro: Jardim São Luis, São Paulo/SP, CEP: 05.804.900, Fone: (11) 96331-9637, e-mail: francisco.vieira@audatex.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **ARTHUR KOUTSODIMITROPOULOS**, inscrito no CPF sob o nº 236.654.768-44 e pelo Sr. **DOUGLAS DOS SANTOS PECORARO**, inscrito no CPF sob o nº 282.203.768-05, têm entre si justas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica registrada a alteração dos representantes legais da Empresa, constante no preâmbulo do Contrato Original, conforme informações prestadas pela Empresa nos autos do protocolo nº 11970/2018. Os novos representantes, conforme procuração, passam a ser o Sr. **ARTHUR KOUTSODIMITROPOULOS**, australiano, inscrito no CPF sob o nº 236.654.768-44, administrador da **AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA** e o Sr. **DOUGLAS DOS SANTOS PECORARO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 282.203.768-05, procurador da Empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Quarta, do Contrato Original, que trata **DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**. O mencionado instrumento contratual que tem como **objeto** o fornecimento de 01 (uma) licença anual para uso do software Sistema Audatex – Versão light OP, decorreu da **Inexigibilidade de licitação nº 006/2016-MP/PA**.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais **12 (doze) meses**, a contar de **15.06.2018**, nos termos do art. 57, IV, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividade: 12101.03.126.1434.8326 – Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério Público.

Elemento de Despesa: 3390-40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUINTA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, 06 de Junho de 2018.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ


AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA


AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA

Testemunhas:

1) Amândia Barros
RG: 5835351 PC/PA

2) Marcia Santos
RG: 3306133

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326.
Elemento de despesa: 3390-40.
Fonte de Recurso: 0101.
Foro: Belém.

Ordenadora responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico Institucional, com delegação de PGJ.

Protocolo: 321918

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚM. DO TERMO ADITIVO: 2
NÚM. DO CONTRATO: 070/2016-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA.

Objeto e Justificativa do Aditamento: fornecimento de 01(uma) licença anual para uso do software Sistema Audatex - Versão light OP, decorrente da Inexigibilidade de Licitação 006/2016-MP/PA-Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 06/06/2018.

Vigência do Aditamento: 15/06/2018 a 14/06/2019.

Dotação Orçamentária:

Atividade: 12101.03.126.1434.8326 - Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério Público.

Elemento de despesa: 339040- Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação- Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 0101 - Recursos Ordinários.

Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento.

Aditivos Anteriores: 1º TA: Prorrogação dos prazos de vigência por mais 12 meses e reajuste de valor. (DOE 22/06/2017).

Protocolo: 321860

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2017-MP/PA

NÚM. DO TERMO ADITIVO: 2
NÚM. DO CONTRATO: 020/2017-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa DPJ ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.

Objeto e Justificativa do Aditamento: serviços de elaboração de projetos de arquitetura, projetos complementares, análises de conformidade de projetos estruturais e serviços de engenharia para construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Cametá, decorrente da Concorrência 004/2016-MP/PA-Prorrogação do prazo de execução e de vigência por mais 120 (cento e vinte) dias.

Data de Assinatura: 06/06/2018.

Vigência do Aditamento: 11/07/2018 a 07/11/2018.

Dotação Orçamentária:

Atividade: 12101.03.122.1434.7574 - Expansão da Infraestrutura do Ministério Público.

Elemento de despesa: 449051- Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0101 - Recursos Ordinários.

Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento.

Aditivos Anteriores: 1º TA: Prorrogação dos prazos execução e de vigência por mais 150 dias. (DOE 05/02/2018).

Protocolo: 321899

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
NÚMERO: 022/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

Entrega do Edital: Nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br.

Observação: UASG: 925980.

Responsável pelo certame: Lays Favacho Bastos.

Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Data da Abertura: 21/06/2018

Hora da Abertura: 09h (NOVE) HORAS - HORÁRIO BRASÍLIA

Objeto: Classificação: 12101.03.122.1434.7573 -

Melhoramento da Infraestrutura Física do MP

Elemento: 4490-39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0101 - Recursos Ordinários

Ordenadora Responsável: Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

- Subprocuradora-Geral de Justiça, com delegação de PGJ

Protocolo: 321718

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚM. DA DISPENSA: 028/2018-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa VIRTUAL SPACE PROVEDOR (CNPJ 12.264.997/0001-76).

Objeto: Serviços de acesso à Internet para a Promotoria de Justiça de Jacareacanga/PA.

Valor Total: R\$ 7.920,00 (sete mil e noventa e vinte reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

Data da Assinatura: 07/06/2018.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326.

Elemento de despesa: 3390-40.

Fonte de Recurso: 0101.

Ordenadora responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento - Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico Institucional, com delegação de PGJ.

Protocolo: 322315

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
NÚM. DA INEXIGIBILIDADE: 008/2018-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a DAVID MARCOS TOBELEM (CPF 032.883.402-59).

Objeto: Serviço de leilão oficial para condução de leilão.

Custo total estimado: R\$ 0,00 (zero reais).

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Data da Assinatura: 06/06/2018.

Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento - Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico Institucional, com delegação de PGJ.

Protocolo: 321931

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 000639-110/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ANO CALENDÁRIO DE 2012

Entidade: Centro Comunitário Paulo Roberto

ARQUIVAMENTO

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da comarca de Belém, por considerar a ausência de motivos que justifiquem a tramitação deste procedimento preliminar de prestação de contas, decide:

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém; Belém (PA), 07 de maio de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 321957

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 000084-110/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ANO CALENDÁRIO DE 2011

Entidade: Centro Comunitário das Castanheiras do Curió

ARQUIVAMENTO

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da comarca de Belém, por considerar a ausência de motivos que justifiquem a tramitação deste procedimento preliminar de prestação de contas, decide:

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém; Belém (PA), 07 de maio de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 321733

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL

Nº 000133-151/2018-4ºPJDPMPA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil

nº 000133-151/2018, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Conversão nº 028/2018 - 4ºPJDPMPA

Data da Instauração: 6 de junho de 2018.

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 004/2018 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de veículos automotores. Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE

Promotoria de Justiça: 4º Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 322152

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica a interessados a interposição de recurso administrativo apresentado pela empresa LUIS MANOEL SARAIVA NETO - EPP em face do resultado da fase de classificação das propostas financeiras apresentadas na TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018-MP/PA, que tem como objeto a Contratação de empresa para execução de Serviços de reforma do prédio anexo ao Edifício Sede para novas instalações da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Pará.

Informamos que o inteiro teor do Recurso está disponível no site <http://www.mppa.mp.br/>, Junto ao link da Tomada de Preços.

As Contrarrazões podem ser apresentadas no período de 11 a 15/06/18, conforme o Art.109, §3º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

Belém, 07 de junho de 2018.

a) Presidente

Protocolo: 322053

EXTRATO DA PORTARIA Nº 14/2018-MP/2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 000164-200/2014-MP/2ºPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia BR-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 14/2018-MP/2ºPJDC

Requeridos: O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA/PA/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/ SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/SESPA e a Organização PRÓ-SAÚDE - Associação Beneficente De Assistência Social E Hospitalar, (gestora do HOSPITAL METROPOLITANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE ANANINDEUA/PA-HMUE).

Assunto: Deverá ter por objeto - AVERIGUAR IRREGULARIDADES APONTADAS PELO SINDICATO DOS MÉDICOS DO PARÁ-SINDMEPA EM RELATÓRIO ENCAMINHADO ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 303/2012, ENCAMINHADO À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA SOB O PROTOCOLO Nº 40800/2012, E POSTERIORMENTE ENDEREÇADO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANANINDEUA ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 1691/2012/MP/CGAB E RECEBIDO PELA COORDENADORIA LOCAL EM 08/10/2012. QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR - Promotor de Justiça

Protocolo: 321996

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 000098-110/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ANO CALENDÁRIO DE 2011

Entidade: Associação Grupo Folclórico Juventude Curumim

Tabatinga

ARQUIVAMENTO

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da comarca de Belém, por considerar a ausência de motivos que justifiquem a tramitação deste procedimento preliminar de prestação de contas, decide:

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém; Belém (PA), 02 de maio de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 321951

PORTARIA Nº 1611/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica